

A MULHER E O ESPORTE: uma trajetória de não lugar

Jéssika Rodrigues Dos
Reis Noemi Ester Rodrigues
Sabino Cássia Rodrigues Dos
Santos

RESUMO

Neste trabalho, objetiva-se apresentar algumas reflexões acerca da construção do lugar da mulher no esporte. a ideia é discutir de que modo a mulher saiu da condição de exclusão do mundo esportivo para o reconhecimento identitário dentro de um espaço que era eminentemente masculino. Trata-se de um estudo de natureza qualitativo-descritiva com base em um levantamento bibliográfico. E a base teórica foi o estudo de Marc Augé (1994) e os conceitos de lugar, não-lugar, entrelugar e identidade em um viés antropológico. As conclusões, a partir da abordagem descritiva, sugerem que no âmbito esportivo a mulher saiu de uma condição de exclusão total, pois não havia um espaço para ela, posto que o esporte tinha uma identidade masculino, para a consolidação de um espaço feminino conquistado por participações individuais via os entrelugares.

PALAVRAS-CHAVE: Não Lugar, Entrelugar, Mulher, Identidade.

THE WOMAM AND SPORT: way of non-place

ABSTRACT

In this work, the objective is to present some reflections on the construction of the place of women in sport. The idea is to discuss how the woman came out of the sporting world excluding condition for identity recognition within a space that was eminently masculine. It is a study of qualitative and descriptive nature based on a literature review. And the theoretical basis for the study was Marc Augé (1994) and place concepts non-place, and between place identity in an anthropological bias. The conclusions, from the descriptive approach, suggest that in sports the woman came out of a total exclusion condition, because there was no space for it, since the sport had a male identity, to consolidate a female space conquered by individual participation by the between spaces.

Key Word: non-place, between place, woman, identity.

¹ Acadêmicas do Curso de Educação Física da Faculdade União de Goyazes

² Orientador: Prof. Me. Faculdade União de Goyazes; Instituto Aphoniano de Ensino Superior

INTRODUÇÃO

Marc Augé (1994), ao propor o conceito de não-lugares o faz a partir da análise de três figuras de excesso da contemporaneidade, as quais ele denomina de "supermodernidade": a factual (tempo), a espacial (espaço) e a individualização das referências. No que diz respeito a "supermodernidade", o autor afirma que a primeira transformação ocorrida se refere ao tempo, de modo especial, a partir do século XX, com período das grandes guerras que trouxeram uma descrença nas grandes narrativas, o que coloca em dúvida a história como portadora do sentido de evolução humana. Essa transformação modificou o que se tinha a respeito da percepção do tempo e do que se faz dele. A segunda transformação acelerada diz respeito ao espaço e do encolhimento das distâncias em decorrência da invenção dos meios de transportes rápidos, pela comunicação via satélite que transmite imagens e informações, que ao serem manipuladas influenciam e excedem de longe, as mensagens objetivas das quais são portadoras.

Nesse sentido, a "supermodernidade" se manifesta em modificações espaço-temporais com processos migratórios, grandes concentrações urbanas e a multiplicação daquilo que Augé (1994, p. 36) denomina de não-lugares nos seguinte termos:

Os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos...) quanto os próprios meios de transporte e os grandes centros comerciais [...]. Não lugares por oposição à noção sociológica de lugar, àquela de cultura localizada no tempo e no espaço.

No que concerne a terceira figura do excesso da modernidade, o autor afirma que esta diz respeito ao ego, do indivíduo, que se caracteriza pelo processo de individualização das referências. Segundo Augé (1994) as histórias individuais foram referidas explicitamente pela história coletiva, "mas nunca também os pontos de identificação coletiva foram tão flutuantes". A produção individual de sentido é, portanto, mais do que necessária, porém o caráter singular da produção de sentido, transmitido por "universos de reconhecimento" e/ou "universos simbólicos" que falam do corpo, dos sentidos, da vivência individual, da política, cujo eixo é o tema das liberdades individuais,

tem origem nos sistemas de representação que, individualizando as referências, o faz em termos coletivos. (CARVALHO, 2005, p. 96-97).

Assim, não há possibilidade de dissociar a identidade coletiva da identidade individual, já que a individualidade absoluta é impossível. E isto decorre do fato de que além da representação do indivíduo ser uma produção social, é também uma representação do vínculo social que lhe é atribuído. Dessa maneira, falar da participação da mulher no esporte é falar da sua identidade e atuação, individual e coletiva.

Para tanto, a análise proposta nesse trabalho é de discutir a constituição do lugar da mulher no esporte ao longo da história. Fundamentalmente como se dá a aparição feminina dentro das práticas esportivas. Assim, muitos autores foram utilizados como base para pesquisa por se tratar de uma revisão de literatura que coloca os pesquisadores em contato direto com aquilo que foi publicado sobre o assunto, com o objetivo de descobrir “novos fatos ou dados, reflexões ou leis, em qualquer canto do conhecimento” (MARCONI, LAKATOS, 2005). Para efeito de análise, a constituição do material procura enfatizar a relevância de alguns dos fatos mais importantes da história esportiva feminino e que merecem ser discutidos com maior atenção. Posteriormente, apresenta-se a conclusão com toda exposição realizada ao longo do trabalho.

GÊNEROS: A DEFINIÇÃO DOS LUGARES E IDENTIDADES

A compreensão da participação da mulher no esporte passa pelas discussões de gênero, o que implica que sejam entendidas como uma construção social baseada na diferenciação biológica dos sexos, expressa através de relações de poder e subordinação, representada pela discriminação de funções, atividades, normas e condutas esperadas para homens e mulheres em cada sociedade. Assim, analisar os lugares, os não-lugares e os entrelugares da mulher no meio esportivo implica em dar voz as mulheres, buscando o sistema de signos que, engendrado nas relações de papel, de

saber e poder, em sua materialidade discursiva, constitui as suas representações

Pensar contrariamente às verdades construídas sobre os papéis sexuais leva a reflexão sobre o abandono da separação dos sexos biologicamente determinados, sendo essa uma possibilidade que se apresenta como uma revolução no campo do comportamento humano. Conduta que desemboca no abandono das concepções de ser humano do sexo masculino e suas definições, tais como varão dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual; macho, marido ou amante; Homem da lei; magistrado, advogado, oficial de justiça: Homem público; da rua, do povo, de Deus, do Estado, das letras, dos negócios (SILVA, COSTA, 2011). O que implica em uma construção de lugares coletivos que representam o espaço do homem e de forma legítima.

Da mesma forma, cederiam também as concepções de ser humano do sexo feminino e inúmeras definições de mulher, tais como o ser capaz de conceber e parir outros seres humanos, dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos - carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição; frágil, independente, fútil, amante, companheira, dona de casa, das piadas, sedutora, da zona, do amor, da perdição, do objeto sexual (SILVA, COSTA, 2011).

Percebe-se que historicamente, as culturas se encarregam das distinções da natureza e tentam metodicamente formar uma direção de comportamento as mulheres e outra dimensão (frequentemente antagonica) aos homens. Desde bebês existem padrões visuais que indicam a diferença entre meninos e meninas, a cor rosa é destinada para meninas e a cor azul para meninos; e assim a indústria do vestuário difunde o papel sexual em código completo de detalhes e padrões, como gola redonda e saias para meninas, calças e enfeites de trens e soldados para os meninos, nunca flores, frutas e borboletas.

Assim, o comportamento não verbal acentua as diferenças dos papéis sexuais e características sociais terciárias; de tal modo, as sociedades têm meios específicos de classificar, de emitir as mensagens de identidade sexual e assim mostrar que homens e mulheres assumem diferentes papéis sociais em diversos segmentos, seja no trabalho, em casa ou nos esportes. E mesmo

no século XXI ainda provoca surpresa, muitas vezes, ao ver um homem cuidando da casa e dos filhos, enquanto a mulher sai para trabalhar.

A atividade física então, por muitos anos, foi sendo segmentada e rotulada devido a divisão dos gêneros masculino e feminino, e nessa esfera os indivíduos parecem não ter maneiras de resistir, de se localizarem e serem localizados pelos rígidos padrões sociais que demarcaram, separaram e opuseram o masculino e o feminino como terrenos estagnados, duradouros e inflexíveis (CAPRI, 2010). Nesse processo, coube a mulher um não-lugar em relação ao espaço masculino, marcado culturalmente pelo discurso machista e sexista.

ESPORTE: A AUSÊNCIA FEMININA

Para avaliar e conhecer a participação das mulheres no esporte é necessário resgatar o contexto histórico, o qual teve o início nos tempos primitivos e se assemelhava com os rituais religiosos e de caça já envolvendo a participação de mulher ajudando a combater uma presa para o abate.

As realizações das atividades femininas no tempo primitivo na participação da caça geravam proibições mesmo que por um lado garantisse a sua participação. Pois:

Na Grécia Antiga (776 a.C. a 393 d.C.), iniciaram-se as Panatéias (primeiros jogos olímpicos), considerado evento esportivo mais importante do planeta era tipo como festa religiosa, onde se reuniam a cada quatro anos, em comemoração aos deuses marcados por jogos e lutas, onde a participação de mulheres era proibida, até como espectadora.

O motivo desta proibição era que as mulheres poderiam sofrer danos fisiológicos pelo fato de o *Stádio* ser muito íngreme. E na Grécia a lei das participantes femininas nos esportes era tão rigorosa que no “regulamento dos jogos, artigo 5º, dizia que as mulheres casadas não podiam assistir as competições, com sanção de morte”.Entretanto, uma mulher, Ferenice, ingressou a uma competição para ver o seu filho, Diágoras, com um disfarce de treinador (colocando assim túnica), que acabou vencendo

a competição. Ao final, a mulher foi diretamente abraçá-lo e assim sendo descoberta, mas acabou não sendo punida “por ser parte da família influente de esportistas campeões olímpicos” (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Embora na Idade Média as mulheres já praticassem os mesmos esportes que os homens em jogos populares como “jogos com bolas”, no século XVII houve uma mudança na qual essas foram subjugadas e perdendo totalmente o seu direito de participação, atestada pelo seu marido ou seu parente homem mais próximo. O que acabou levando-as a serem excluídas das atividades esportivas. E só tiveram a sua retomada quando os Ingleses passaram a levar suas esposas para assistirem alguns eventos esportivos como boxe, remo e corrida de cavalo. Aspecto que contribuiu para que iniciasse a participação de mulheres em eventos “tipicamente masculino” como boliche, cricket, bilhar, arco e flecha e alguns esportes praticados na neve (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

MULHERES NO ESPORTE: O NÃO-LUGAR

Sob essa perspectiva, a história das mulheres no universo esportivo é marcada por rupturas, persistências, transgressões, avanços e recuos. Desde meados do século XIX, elas se fazem presentes nas arenas esportivas como espectadoras e praticantes. No entanto, é a partir das primeiras décadas do século XX que essa participação se ampliou e consolidou. (GOELNNER, 2003). A presença de mulheres exercitando-se fisicamente era vista como uma inovação nessa época. Elas tinham a educação voltada prioritariamente para o casamento e a maternidade. Assim, para que conquistassem espaço dentro das práticas esportivas não foi tarefa fácil, é o que explica Mota (2013):

No século XIX, as mulheres, bem como os fogões nos quais cozinhavam, pertenciam ao lar e não às quadras esportivas. Isto era verdadeiro tanto para a Europa quanto para os EUA. Fazia parte “da natureza das coisas” que meninas devessem ser excluídas das primeiras iniciativas e conceitos de educação física. O esporte moderno de origem inglesa era, em sua fase inicial, também domínio exclusivamente masculino. Embora o

exercício físico e a competição fossem considerados incompatíveis com a natureza feminina, no final do século XIX algumas mulheres participaram em corridas de bicicleta, em competições de natação e até paraquedismo e salto de esqui, causando escândalo no público.

Nesse sentido, no campo da higiene, da disciplina e ideal cívico voltado para o corpo masculino e feminino, destaca-se a Educação Física como área do conhecimento específico que difundia e reproduzia ideias médico-higienista de que havia práticas apropriadas para meninos e meninas, homens e mulheres. Assim, enquanto objeto do saber e do fazer médico, a Educação Física preparou o corpo feminino para a nobre tarefa da reprodução "dos filhos da pátria", enfatizando os papéis sociais permitidos à mulher a ocupar e desempenhar (SILVA; COSTA, 2011).

A história da participação feminina é tão antiga quanto à dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, nos quais elas eram proibidas de assistir às competições. O veto às mulheres estava no primeiro item do regulamento olímpico, que proibia a participação do sexo feminino em qualquer modalidade. Só a partir do Renascimento é que as mulheres foram liberadas a praticar algumas modalidades esportivas. Mesmo com a evolução do tempo, o preconceito tem influência até os dias de hoje.

A mulher só conseguiu conquistar um espaço mais significativo no esporte após a mudança provocada pelas ideias dos filósofos humanistas. Apesar de vários avanços, a participação efetiva do sexo feminino nos esportes competitivos aconteceu apenas nos jogos olímpicos de 1900, no qual onze mulheres foram até Paris, na França, para participar dos I Jogos Olímpicos da era Moderna. Desde então, a participação feminina nos Jogos Olímpicos tem crescido constantemente, a ponto de restarem poucas modalidades que não oficializaram as competições para os dois sexos (MOTA, 2013).

O tempo passou e as mulheres conseguiram espaço para participar das competições esportivas mais importantes, mesmo que o tratamento desigual ainda existisse. De 1900 a 2000 foram realizadas vinte e quatro edições de Jogos Olímpicos e as mulheres seguiram participando em um número crescente de modalidades, marcas, tempos e recordes, pondo por terra o rótulo de sexo frágil.

Rubio (2001), diz que o tratamento desigual em relação aos atletas do sexo masculino não deixou de existir. Ou seja, da mesma maneira que no mundo profissional a mulher avançou e conquistou seu espaço, nos entre espaços, nas mais variadas funções, mas ainda não venceu as barreiras do preconceito, e no mundo esportivo isto não seria diferente. A imposição da diferença está dada na determinação de prêmios e privilégios que permanecem maiores para os atletas do sexo masculino. E mais uma vez o esporte imita a vida e dificulta a construção de um espaço coletivo que seja reconhecido como espaço das mulheres. E o que há é apenas uma concessão de um entrelugar que vai sendo ocupado por histórias individuais e incidentais. Nesse sentido, pode-se afirmar que "a identidade e a profissionalidade são, portanto, definidas em função do vínculo social que lhe é consubstancial e, assim, afetadas pelas figuras de excesso da "supermodernidade": o tempo, o espaço e a individualização das referências que produzem não-lugares." (CARVALHO, 2005, p. 97).

JOGOS MODERNOS: A INCLUSÃO DAS MULHERES NOS ENTRELUGARES

De acordo com Oliveira (2008), os jogos olímpicos só foram restabelecidos em 1896 na Grécia por Pierre de Fredy, e o Barão de Coubertin, entretanto, as mulheres tiveram que passar por várias batalhas para conseguir seu lugar nos esportes olímpicos. Mas, na primeira edição dos jogos modernos, a mulher sofre mais uma vez com o descaso de não poder participar por idealizadores e "defensores da não inclusão da mulher por achar que estas poderiam vulgarizar um ambiente cheio de honras e conquistas".

Já em Paris (1900) uma falha na organização do controle do programa dos jogos (COI), permitiu que algumas mulheres pudessem entrar na realização de alguns temas destinados a elas, como o golfe e tênis femininos, cujo contato físico era restrito e por serem esportes esteticamente belos. Entretanto, havia uma limitação de participantes, somente teria "16 ou 17

mulheres, sendo 07 no tênis e 10 no golfe, além de provas mistas de vela, sem, no entanto, quantificar o número de participantes nesta modalidade". E em 1924, nas Olimpíadas de Paris houve a participação de cento e trinta e cinco mulheres nas modalidades de natação, saltos ornamentais, tênis e esgrima.

Apesar dos esforços para manter as mulheres fora das competições, houve uma competidora extraoficial na maratona de 1896, uma mulher grega pobre que acabou sendo conhecida como 'Melpomene', que seu nome verdadeiro era Stamata Revithi, ela não teve sua permissão para competir, porém fez o mesmo trajeto de 42 km no dia seguinte, sendo que essa volta aconteceu fora do estádio porque sua entrada foi proibida. Assim, ganhando esse apelido de 'Melpomene', a musa grega da tragédia (MIRAGAYA, 2005).

Na França o COI recusava a inclusão de atletas femininas nos jogos Olímpicos, mas a francesa Alice de Milliatt desafiou a situação da época, e fundou a *Fédération Sportive Féminine Internationale* (Federação Esportiva Feminina Internacional) e organizou os primeiros Jogos Olímpicos Femininos em 1922. (MIRAGAYA, 2005).

Em 1932, nos jogos de Los Angeles, houve um número reduzido de mulheres por conta da crise econômica mundial, tendo elas participado de 06 provas de atletismo, esgrima, natação e saltos ornamentais. A partir de 1936 nos jogos de Berlim, fica evidente no número de mulheres, um crescimento de até 10% do total de atletas (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

E no Brasil esse percurso histórico não é tão diferente. As mulheres brasileiras também conquistaram o seu lugar via as lutas individuais de algumas pioneiras.

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS NOS ESPORTES NOS JOGOS OLÍMPICOS

Para Silva e Costa (2011), a localização e identificação da mulher no esporte brasileiro estão marcadas por um espaço de assimilação e conflitos que apontam arenas ambivalentes. Primeiro porque, em um momento inicial, não havia uma identificação das mulheres com quaisquer esportes, e aquelas que, porventura, demonstravam o fazia em decorrência da linguagem local e do

sentimento de pertencer a algum clube, no caso o futebol, mas sem nenhum conhecimento das regras, tampouco conheciam qualquer histórico dos clubes, fossem nas modalidades de ginástica ou natação. E o que os autores chamam de linguagem local diz respeito a assuntos "pertinentes a uma dada cultura ou relação de grupo, bem como os enlaces que essa cultura ou linguagem fornecia para fortalecer a sensação de pertencimento coletivo como parte da própria identidade, no caso específico dos clubes do futebol". E para outras, a prática laboral não permitia qualquer envolvimento com o esporte e a única participação era por meio da afinidade do marido. E as razões para essa pouca identificação eram claras; a falta de tempo decorrente da dupla jornada de trabalho, o número de filhos para cuidar e dedicação integral ao lar

No entanto, vale a pena lembrar que no início do século XX, houve um fortalecimento do corpo feminino com exercícios físicos com objetivo de melhoras para a preparação da mulher para o caminho da maternidade, dando sentido a afirmação de que "as mães fortes são as que fazem os povos fortes" (GOELLNER, 2003).

Apesar do destaque da importância desse fortalecimento, não era qualquer modalidade que poderia ser praticada, pois, o futebol, por exemplo, era caracterizado como violento para o corpo frágil da mulher, sendo assim não recomendado (VILODRE, 2005). Assim, parece que a mulher passa a ocupar, ao contrário do que narra a história, um não-lugar no campo esportivo, processo que pode ser visualizado por entrelugares. E o entrelugar é entendido como sendo "um sistema de representação tanto mais distorcido quanto mais dissociado das condições concretas de existência dos sujeitos que o sustentam". (CARVALHO, 2005, p. 98).

Quanto a trajetória da mulher brasileira no mundo do esporte, na primeira metade do século XX o país não contava com números significativos de mulheres praticantes de atividades físicas e esportes de qualquer natureza. Elas só tiveram sua primeira realização nos esportes através de atividades físicas praticadas em clubes da década 20. E eram praticadas por jovens, filhas de imigrantes europeus, que já acompanhavam o valor do esporte e dava apoio à inserção esportiva "pois o cenário sociocultural que o Brasil apresentava na época ainda era desfavorável para as mulheres."

Para os autores, apenas em uma parte do Brasil, de modo especial na

região sul, havia um espaço de identificação feminina com o esporte, ainda assim, se encaminhava às classes que detinham melhores condições de vida e mais tempo para a prática esportiva. No entanto, o mesmo não se pode dizer a respeito da classe trabalhadora.

Assim, tem-se a presença da mulher na construção de uma história marcada por casos individuais e que não representam a identidade coletiva. São exemplos femininos que buscaram fazer parte de um lugar através dos não-lugares que são produzidos pela "supermodernidade" e que impõe as consciências individuais, novas experiências e vivências de solidão (AUGÉ, 1994).

É o caso, por exemplo, de Maria Lenk (filha de alemães) praticava esporte por motivos de saúde, treinada pelo pai no rio Tietê, nas águas tranquilas e ainda limpas onde se localizava uma sede do Clube Espéria, acabou abrindo as portas da natação, ao conquistar o título da prova Rio de Janeiro – São Paulo em 1931 (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Apesar de todo ambiente machista da época, sagra-se como marco da participação feminina brasileira no esporte e nas olimpíadas, sendo a primeira mulher a representar o Brasil e a América do Sul nos jogos Olímpicos de Los Angeles.

Maria Emma Hulda Lenk Zigler ainda entra para a história quando nadou pela primeira vez o estilo borboleta, e aperfeiçoando a técnica ao nado de peito (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Saindo das piscinas, na década de 50, data marcada por uma mulher chamada "Maria", ou melhor, "Maria Esther Bueno", uma jogadora de tênis com eficiência no saque e voleios que em 1956, no torneio *Orange Bow*, conquistou o Bicampeonato Juvenil (RIBEIRO; MARQUES; FERREIRA; VENDITE, 2010).

Em 1958, com apenas 18 anos, junto com a Althea Gibson, disputou o grande torneio mundial de tênis por duplas e acabou conquistando o 1º lugar em Wimbledon, e em 1959 conquistou novamente o mesmo torneio. Naquela época o tênis era um esporte amador, e não existia um ranking que destacassem os melhores, mais estima-se que Maria Esther Bueno esteve entre as cinco melhores do mundo no período de 1957 a 1967.

Já nas quadras de Basquete, mais uma "Maria" se destaca no âmbito do esporte, chamada "Maria Paula Gonçalves da Silva, que demonstrou seu

interesse no esporte desde menina, aos 12 anos de idade teve uma oportunidade de jogar na categoria adulta no clube da cidade Assis/SP. (RIBEIRO; MARQUES; FERREIRA; VENDITE, 2010).

Após, com 14 anos, teve sua convocação para a “Seleção Brasileira Feminina na categoria adulta, sendo assim, a mais jovem jogadora da seleção”. Em 1994, a seleção feminina de basquete foi em busca do torneio Mundial da Austrália, mesmo desacreditada. Mesmo período que a Seleção Brasileira Masculina de Futebol, buscava o Tetra, e as “atenções eram voltadas para o futebol masculino” deixando de lado as meninas do Basquete (RIBEIRO; MARQUES; FERREIRA; VENDITE, 2010).

No futebol Marta Vieira da Silva era o grande destaque nos gramados, conseguiu quebrar barreiras e mais o preconceito, pois o futebol era considerado um esporte machista. Com muita luta e dedicação, Marta faltava às aulas para jogar bola, assim abandonou os estudos. Tempos depois foi para o Rio de Janeiro tentar uma vaga no Vasco, após completar 18 anos, foi convidada para jogar na Suécia. Com muita habilidade ela ganhou oportunidades e conquistou o apelido de “Pelé de saias”.

Em 2004 foi destaque do Brasil na Olimpíada de Atenas, ganhando assim a primeira medalha de prata no futebol feminino. Ainda, Marta disputou o prêmio de melhor jogadora da FIFA, sendo então eleita em 2008 a melhor do mundo, “Ela chorou, dedicou o prêmio à mãe e pediu apoio ao esporte no Brasil” (RIBEIRO; MARQUES; FERREIRA; VENDITE, 2010).

Todos esses exemplos somados constitui a história da inserção da mulher no esporte brasileiro, no entanto, não se pode afirmar que ela tenha conquistado de fato um espaço, pois isso não ocorre porque, aparentemente, a mulher não assume um lugar, como definido por Certeau (2001), pois "um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...]. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que o define". Isto implica em dizer que, apesar das participações e conquistas individuais, as mulheres brasileiras tiveram que lutar muito para ter o seu espaço no esporte reconhecido. Ainda hoje, mesmo que essa identidade já seja reconhecida, há a desigualdade com o espaço masculino.

ESPORTE: O ESPAÇO A SER CONQUISTADO

Não há dúvidas que o esporte se traduz na atualidade como um fenômeno social de grande abrangência e visibilidade. E é uma prática regular que se desenvolve no cotidiano das cidades despertando interesse, mobilizando paixões, evocando sentimentos, criando representações de corpo e saúde, enfim, convocando imediata participação de todos. Sob esta perspectiva, esporte possui história que é feita pela ação de diferentes homens e mulheres que a seu tempo realizaram ações que consolidaram estas prática e inspirando, de certa forma, o que hoje se vivencia (VILODRE, 2011). História marcada, principalmente, por um não lugar da mulher, pois, este cabia apenas aos homens.

O esporte, enquanto fenômeno social, ao ganhar centralidade na modernidade, e através de sua análise pode-se identificar e compreender processos de mudanças e transformações que ocorreram e ocorrem na sociedade. Uma destas novas configurações do campo esportivo é o crescente aumento da participação de mulheres em práticas esportivas que demandam confronto e agressividade. Em meados do século XIX, Herbert Spencer, que era a favor das atividades corporais naturais e dos esportes, se lamentava da rejeição das famílias à participação das mulheres nessas práticas, aceitava resmungando a ginástica enquanto uma atividade substituta (LOVISOLO, 1997).

Avançando até o século XX se encontravam expressões de especialistas e não especialistas contrários à participação de mulheres em esportes de confronto. As razões negativas, de modo geral, tanto aludiam a questões fisiológicas e psicológicas quanto estéticas (GOELLNER, 2003).

Isto deve ser ponderado, pois, no caso do Brasil, o handebol, um esporte de confronto e agressividade, foi aceito como esporte feminino com mais facilidade do que o futebol, embora talvez seja mais violento e perigoso para a integridade dos atletas, masculinos e femininos.

Quando existe uma forte identificação entre esporte e masculinidade, ela não desaparece totalmente, as mudanças nem sempre são rápidas. As

mulheres que decidiam escolher esse tipo de esporte traziam consigo uma série de rotulações, eram relacionadas a uma orientação sexual homoerótico. Uma questão significativa é o grau ou importância que ainda tem a identificação esporte-masculinidade e como continua incidindo nas escolhas e praticas.

UMA VISÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO À MULHER NO ESPORTE

Alguns dos fatores que afastam as mulheres da pratica de atividade física são, por exemplo, a comparação dos corpos físicos; sendo o das mulheres mais frágeis do que os dos homens, pois seu corpo é dotado de docilidade e sentimentos afetivos, qualidade negadas aos homens; assim, “sua condição materna deve ser preservada, como garantia de perpetuação da espécie” (CHIMELO, NEVES, 2006).

Com o aumento da participação feminino no esporte, ainda hoje, e denominado por valores masculinos do tipo “mais forte; mais alto; mais rápido; mais musculoso etc.”, o que faz muitas vezes as mulheres, que são envolvidos no âmbito do esporte, sofrerem com questionamento de discriminações e de estereótipos, por vezes das famílias das atletas, ou da mídia e da sociedade em geral (CHIMELO, NEVES, 2006).

Mesmo nas modalidades cujas equipes femininas são mais representadas internacionalmente, as mesmas são menos valorizadas em relação às equipes masculinas (CHIMELO, NEVES, 2006).

Entretanto, foram atribuídas características para diferenciar os grupos masculinos e femininos, assim surgindo os estereótipos que mostram o sexo feminino a fragilidade e a dependência, “incapaz de produzir, física e intelectualmente, tanto quanto o homem, sendo inferiorizadas na sociedade.” Já os estereótipos masculinos relacionam a características de poder, de força e de superioridade, com isso foi atribuído pela sociedade a viverem em situações de desigualdades.

Em outras perspectivas quanto em relação de estereótipos de gêneros, ainda hoje há “os preconceitos, os estigmas”, que impedem as mulheres participarem dos esportes, seja “no esporte amador, em forma de lazer ou alto rendimento”.

CONCLUSÃO

A compreensão da participação da mulher no esporte passa pelas discussões de gênero baseada na diferencia biológica dos sexos e marcada pela ausência/presença nos lugares, nos não-lugares e nos entrelugares da história.

Nesse processo histórico, destacando-se definições de papéis sexuais; nas qualidades viris que o ser humano homem, macho, marido ou amante, identificado por uma construção de lugar coletivo que representa o espaço do “homem”. E ao ser humano mulher cederia também suas definições, como o ser capaz de parir outros seres, dona de casa, amante, do amor, mas a sociedade cultural se encarregou de dividir esses papéis padrões visuais que a impediu, por muito tempo, de constituir uma identidade no campo dos esportes. Assim, sendo marcado por um espaço de um não-lugar em relação ao lugar masculino.

Nesse sentido, a mulher, ao longo da história, foi sendo subjugada e proibida de tudo, isso desde a era primitiva. Assim, elas tiveram que batalhar para conseguir espaço no esporte via os entrelugares, mas que apesar da evolução do tempo, foram e continuam marcadas pelo preconceito e discriminação.

Felizmente ao longo do tempo, muitas batalhas e barreiras foram quebradas, e a identidade feminina começou a ser associada a alguns esportes dignos para elas, como o golfe e tênis, isso por não ter contato físico e serem esteticamente belos. Com persistência e dedicação, elas também conseguiram um espaço no esporte que se destacou como as “Marias” e marcando a história pela mulher individual, que não representa a identidade coletiva, mas que busca o seu lugar através do não lugar. Não lugar que aos poucos consolidou o lugar da mulher no esporte e constituiu uma identidade coletiva que hoje é reconhecida e legitimada.

Enfim, o esporte se traduz como fenômeno social, criando e despertando interesse para fim de saúde, para a elaboração dos corpos, tanto de homens e mulheres e se constitui em um espaço de todos os gêneros.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

CARVALHO, J. M. O não-lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada. **Revista Brasileira de Educação**. Jan. /Fev. /Mar. /Abr. 2005 No 2

MOTA, I, M. **Jornalismo Esportivo De Saia** A participação feminina no Jornalismo Esportivo, 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano** – 1. Artes de fazer. 6^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHIMELO, M. C. NEVES, M. Marca da violência de gêneros contra a mulher no contexto esportivo, **Revista Digital- Buenos Aires** – Ano 11- n° 103 dez. de 2006.

GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí, 2003. 152 p. (Coleção educação física). http://www.pibid.ufpr.br/pibid_new/uploads/edfisica2011/arquivo/272/esporte_mulher.pdf>. Acesso em 22 de dez. de 2014.

NAPOLITANO, J. **Preconceito não e legal**: a intolerância e a lei. Bauru – 2007.

OLIVEIRA, G. CHEREM, E. TUBINO, M. A inserção histórica da mulher no esporte, Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1304.pdf>

RIBEIRO, L. M. MARQUES, M. F. FERREIRA, V. C. VENDITE, C.C. “Marias” de chuteiras, tênis, maiô..., Coleção de pesquisa em Educação Física – Vol.9, n°5, 2010.

RUBIO, K. **O atleta e o mito do herói**: o imaginário esportivo contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SILVA, R. G.; COSTA, M. R. F. A condição feminina no esporte. **Anais do XVII congresso brasileiro de ciências do esporte e IV congresso internacional de ciências do esporte**. Porto Alegre, 11 a 16 de set. de 2011. Disponível em: < <http://www.cbce.org.br/anais.php>>. Acesso em 22 de março de 2012.

MIRAGAYA, A. **As Mulheres Nos Jogos Olímpicos Participação E Inclusão Social**, 2005.